

**EMENDA Nº \_\_\_\_\_/2023**  
(À MPV 1.165 de 2023)

Altera o §1º do art. 22-A proposto pelo  
art. 2º da MPV 1165/23.

**EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se nova redação ao §1º do art. 22-A, proposto pelas alterações  
formuladas no art. 2º da MPV 1165/23, nos seguintes termos:

*“Art. 22-A.....  
§1º O número de vagas disponíveis para adesão à indenização de  
que trata o caput:  
I - será estabelecido, anualmente, em ato conjunto do Ministério da  
Saúde e da Educação;  
II - será informado ao médico participante previamente à sua adesão  
ao programa.  
.....”*

**JUSTIFICATIVA**

O art. 22-A proposto pelo art. 2º da Medida Provisória 1165/23, estabelece incentivo de indenização diferenciada ao “médico participante de programa de Residência de Medicina de Família e Comunidade que cumprir, de forma ininterrupta, os 24 meses de formação com aprovação para obtenção de título de especialista e que tenha realizado graduação em Medicina financiada no âmbito do Fies”.

Ocorre que em seu §1º estabelece que “o número de vagas disponíveis anualmente para adesão à indenização de que trata o caput será estabelecido em ato conjunto do Ministro de Estado da Saúde e do Ministro de estado da Educação”.

Ora, entendemos que, para observância à segurança jurídica é necessário que o médico participante tenha conhecimento prévio de todas os benefícios que pode alcançar quando da adesão ao programa. É evidente que essa possível indenização será relevante para sua tomada de decisão quanto à adesão e tempo de permanência no Projeto.

Por esse motivo, encaminhamos a modificação acima proposta para que eu saiba, no momento de sua adesão, se pode contar ou não com o mencionado benefício.

Ante o exposto, contamos com a colaboração dos nobres pares para a aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão, 23 de março de 2023.